

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

MIRIAM DE CASTRO FRANÇA E SILVA

**EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO:
ANÁLISE DO REUNI NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Brasília

2018

MIRIAM DE CASTRO FRANÇA E SILVA

**EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO:
ANÁLISE DO REUNI NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Monografia apresentada ao Instituto de
Ciência Política (IPOL) da Universidade de
Brasília (UnB) como requisito à obtenção do
título de bacharel em Ciência Política.

Orientadora: Leila Giandoni Ollaik

Parecerista: Graziela Dias Teixeira

Brasília

2018

“Crise em educação é uma coisa inata. Porque educação é processo, processo é mudança e, portanto, tem crise continuada. Mas, mais do que crise, houve é indigência e volto a Darcy Ribeiro: a educação nunca foi uma tragédia, foi um drama. A diferença entre tragédia e drama é que o trágico é decidido pelos deuses e os humanos não têm como lidar; o dramático é que temos escolha. A crise da educação no Brasil sempre foi uma escolha, um plano.”

Mario Sergio Cortella

RESUMO

Nas últimas décadas a educação sofreu grandes transformações no Brasil. Na educação superior, a expansão das instituições de ensino, públicas e privadas, e o crescente aumento do número de vagas, são decorrentes de programas educacionais implantados pelas políticas públicas da educação superior, de abrangência nacional. Essa nova realidade, caracterizada pela existência de programas sociais diversos, criou condições para que estudantes até então sem perspectiva de graduação pudessem ter acesso à educação superior. O Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI é uma política pública que foi implementada para proporcionar a expansão do acesso, a melhoria da estrutura física e dos recursos humanos às instituições federais de ensino superior. Este trabalho procura discutir e analisar não somente a expansão do acesso, tendo por referência REUNI, mas também avaliar se houve uma mudança do perfil dos ingressantes na universidade. A Universidade de Brasília foi a instituição escolhida para verificar a democratização do acesso ao ensino superior. Com o intuito de investigar se a expansão do sistema foi suficiente para quebrar os “velhos” padrões socialmente estruturados de desigualdade foram selecionadas as seguintes variáveis: Sexo, Cor/raça, Renda mensal familiar, Sistema de Ingresso e Origem escolar. A apresentação de resultados descritivos foi feita através de gráficos e tabelas, utilizando variáveis que compõem o perfil do alunado da UnB com os critérios de raça/cor e renda, e suas relações. Os resultados apontam para o impacto positivo do REUNI na mudança de perfil universitário, considerando os efeitos de todo o contexto nacional, variáveis econômicas, dinâmica social, nas quais os alunos e toda a sociedade estão inseridos.

Palavras-chave: Ensino superior; Políticas públicas; REUNI; Universidade de Brasília; Democratização.

ABSTRACT

In recent decades, education has been changed mainly in Brazil. In higher education, the expansion of educational institutions, public and private, and the increasing number of vacancies were due to educational programs implemented by public policies of higher education nationwide. This new reality, characterized by the existence of various social programs, created conditions for the students without graduation perspective could have access to higher education. The Federal Universities Restructuring and Expansion Program (REUNI) is a public policy that has been implemented to provide access expansion, improvement of physical structure and human resources to federal institutions of higher education. This paper seeks to discuss and analyze not only the expansion of access, having as reference the REUNI, but also to evaluate if there was a change in the profile of the university students. The University of Brasília was the institution chosen to verify the democratization of access to higher education. In order to investigate whether the expansion of the system was enough to break the "old" socially structured patterns of inequality, the following variables were selected: Gender, Color / Race, Monthly Family Income, School Entry and School System. The presentation of descriptive results was done through graphs and tables, using variables that compose the profile of the student of UnB with the criteria of race / color and income, and their relations. The results point to the positive impact of REUNI on changing university profile, considering the effects of the whole national context, economic variables, social dynamics, in which students and the whole society are inserted.

Keywords: Higher education; Public policies; REUNI; University of Brasília; Democratization.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	ii
LISTA DE GRÁFICOS	iii
1. Introdução.....	1
2. Contexto e referencial teórico.....	1
3. Metodologia	12
4. Resultados.....	13
4.1. Raça.....	14
4.2. Renda	18
4.3. Gênero	21
5. Conclusão.....	22
6. Referências	25
7. ANEXO 1- Perfil do Estudante da Universidade de Brasília - Etapa Registro	27

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Evolução da oferta de vagas no Brasil e na Universidade de Brasília, 2006 a 2012.	11
Tabela 2- Evolução do número de cursos, por turno, na Universidade de Brasília, 2006 a 2012.	11
Tabela 3- Alunos Registrados nos Cursos de Graduação por Raça/Cor, UnB, 2012 a 2016.	14
Tabela 4- Alunos registrados nos cursos de graduação, por Sistema de Ingresso, 2012 a 2016.	17
Tabela 5- Alunos Registrados nos Cursos de Graduação, por Raça/Cor e Renda Mensal, 2012 a 2016.....	19
Tabela 6- Alunos Registrados nos Cursos de Graduação por Renda Familiar, 2012 a 2016.	19
Tabela 7- Alunos Registrados nos Cursos de Graduação, por Origem Escolar, 2012 a 2016.	20
Tabela 8- Alunos Registrados nos Cursos de Graduação, por Gênero, 2012 a 2016.	21

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução do número de alunos registrados na graduação, 2012 a 2016.....	14
Gráfico 2- Alunos Registrados nos Cursos de Graduação por Raça/Cor, UnB, 2012 a 2016.	15
Gráfico 3- Distribuição da população, por raça/cor, Brasil, 2012 e 2016.	16
Gráfico 4- Evolução do rendimento médio real habitual para o 4º trimestre, por raça/cor, Brasil, 2012 a 2016.....	16
Gráfico 5- Alunos registrados nos cursos de graduação, por Sistema de Ingresso, 2012 e 2016.	18
Gráfico 6- Alunos Registrados nos Cursos de Graduação, por Origem Escolar, 2012 a 2016.	20
Gráfico 7- Rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos e razão de rendimentos por sexo.....	22

1. Introdução

O Ensino Superior no Brasil era, como em todo o mundo, elitista, o baixo número de vagas disponíveis mantinha a maior parte da população distante da educação superior. No decorrer dos governos militares (1964-1985), ao invés de se expandir o ensino de graduação público e gratuito houve a disseminação de estabelecimentos privados, onde o ensino era pago. A tendência de expansão encabeçada pelo sistema privado permaneceu até o início dos anos 2000, quando se iniciaram políticas públicas para modificar esse perfil elitista e ampliar o acesso da população ao ensino superior.

O objetivo dessa pesquisa é verificar se houve democratização e expansão do acesso à Universidade de Brasília ao analisar parte do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, uma política pública que implementada para amplificar o acesso às instituições federais de ensino superior. O escopo do trabalho é o impacto do Reuni na UnB.

Foram utilizados dados de 2012 a 2016, de três bases: Observatório da Vida Estudantil, Censo da Educação Superior e Anuário Estatístico da Universidade de Brasília, o que possibilitou análises comparadas, longitudinais e de evolução em cada área de interesse para constatar ou não as mudanças esperadas pelos formuladores do Reuni.

Para tanto, após essa breve introdução, é apresentado o contexto no qual a política em análise surgiu e o referencial teórico utilizado. Em seguida apresenta-se a metodologia (como foi feita a coleta de dados, quais pressupostos, como os dados foram analisados). Após a metodologia, são apresentados os resultados (os dados propriamente ditos e sua análise). Com base nos resultados, finalmente, as conclusões: houve ampliação do acesso ou não.

2. Contexto e referencial teórico

Historicamente, o Ensino Superior no Brasil, como em todo o mundo, foi notadamente um espaço para socialização de uma elite mais preparada, que se distinguia por possuir, além do capital financeiro, um capital cultural certificado. Entretanto, durante o século XX, sobretudo em seus quatro últimos decênios, o

cenário social apresentou uma marcante característica coletiva: a forte tendência de ampliação do acesso ao ensino superior.

Martins (2006, p. 1002) no seguinte excerto aponta o caráter global desses processos:

Uma das tendências centrais do ensino superior contemporâneo, em escala internacional, diz respeito à ampliação do seu acesso, fenômeno que se iniciou a partir da segunda metade do século XX. Um conjunto de fatores tem contribuído para esse processo, tais como a valorização do conhecimento técnico e científico como um dos ingredientes centrais das sociedades modernas, pressões por direitos sociais, aspirações de mobilidade social por meio do sistema educacional, por parte dos estudantes e de suas famílias, necessidade da aquisição de competências técnicas para enfrentar um mercado de trabalho cada vez mais instável e seletivo, transformações no conteúdo das profissões, trazendo de volta para os bancos escolares uma população adulta e já integrada em atividades profissionais etc.

Segundo Martins (2006), o ensino superior deixa de ser direcionado para sua costumeira e restrita clientela de elite e passa a incorporar porções de alguns grupos que antes não passavam por essas instituições. Mas teria sido o crescimento da expansão do sistema suficiente para quebrar os “velhos” padrões socialmente estruturados de desigualdade?

A educação superior no Brasil mostrava-se, até bem pouco tempo, como um campo destinado aos jovens pertencentes às camadas mais abastadas da população. Após um elevado crescimento nos anos 1970, o número de matrículas permaneceu estático até meados dos anos 90. No decorrer dos governos militares (1964-1985), as políticas oficiais estancaram a expansão do ensino de graduação público e gratuito e impulsionaram a disseminação dos estabelecimentos privados, onde o ensino era pago (NEVES; RAIZER; FACHINETTO, 2007).

A tendência de expansão encabeçada pelo sistema privado permaneceu até o início dos anos 2000. Em 2002, havia 1.637 instituições de ensino superior no País. Sendo que 195 eram públicas (73 federais) e 1.442 eram de natureza privada -

1125 particulares e 317 Comunitárias, Confessionais ou Filantrópicas (INEP/MEC, Censo do Ensino Superior 2002).

O tema da democratização do acesso à educação superior pública e gratuita reveste-se assim de grande importância. À vista disso, este trabalho procura discutir e analisar não somente a expansão do acesso, tendo por referência o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, mas também avaliar se houve uma mudança do perfil dos ingressantes na universidade.

A Universidade de Brasília foi a instituição escolhida para verificar se o REUNI proporcionou, ou contribuiu em alguma medida, para a democratização do acesso ao ensino superior.

No decorrer dos dois mandatos exercidos por Lula (2003-2006; 2007-2010), foram efetivadas mudanças em benefício do ensino superior em contraposição ao modelo vigente na década de 1990. O governo Lula ampliou a regulação estatal das políticas públicas concernentes à educação, sobretudo a superior, o que demonstra uma ruptura com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), cujas ações eram voltadas, primordialmente, para a educação básica (SILVA, 2015).

Dentre as numerosas realizações desempenhadas no âmbito da educação superior no governo Lula destacam-se:

A adoção de mecanismos diversificados para a seleção e acesso ao terceiro grau (ensino superior), significativamente quatro deles: Exame nacional do ensino médio (Enem), sistema de seleção unificada (Sisu), o sistema de cotas e o programa Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Em 2009, a reformulação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), cujo objetivo inicial era avaliar a qualidade do ensino médio no Brasil, propiciou a adesão da prova como meio de entrada pela maioria das instituições federais de ensino superior (Ifes) e também por instituições privadas.

O segundo mecanismo é o Sistema de Seleção Unificado (Sisu), que utiliza a nota do Enem, atuando assim como um vestibular unificado dando maior possibilidade para os alunos garantirem acesso a universidades públicas em todo o Brasil, eliminando os custos da realização de provas específicas de cada universidade.

Diversos estudos já identificaram que existem mudanças recentes no perfil do alunado no Brasil e que estas são decorrentes de políticas de expansão da

educação superior, das quais a adoção do Enem-Sisu faz parte. Para Collares e Goellner (2017), esse sistema de entrada deve ser considerado como um dos motivadores da diversificação do perfil dos alunos universitários e, especialmente, para a migração dos mesmos.

Uma das conclusões alcançadas pelas autoras, utilizando a UnB como estudo de caso, foi que o Enem-Sisu apresenta maiores porcentagens de estudantes oriundos de escolas públicas - quando comparado com outros métodos de seleção tradicionais (Vestibular e PAS) -, mesmo com o aumento nos anos de 2015 e 2016 de alunos cotistas de escolas públicas em outras formas de ingresso pelo sistema de cotas. A maior captação dos alunos através dos programas de ação afirmativa contribui para que o Enem seja um sistema menos excludente (COLLARES; GOELLNER, 2017).

O terceiro recurso, a política de reserva de vagas raciais e de renda, tem a intenção de garantir que grupos que antes representavam uma parcela ínfima no ensino superior público sejam compensados para corrigir essa desigualdade histórica e passem a ter acesso às universidades.

Ações afirmativas consistem em políticas públicas ou privadas que possuem o objetivo de neutralizar os efeitos da discriminação de raça, gênero, idade, nacionalidade, aspectos físicos (GOMES, 2003) e existem quando uma organização investe em recursos (dinheiro e tempo) para evitar que pessoas sofram essa diferenciação com base em seu gênero ou grupo étnico (LIMA; NEVES; SILVA, 2014).

Uma política de ação afirmativa de grande importância no Brasil é a política de cotas no ingresso nas universidades públicas brasileiras. No país, afrodescendentes e indígenas têm sido sistematicamente excluídos das instituições de ensino superior. A partir de dados do Censo Demográfico 2010 sobre a proporção de pessoas com ensino superior completo no Brasil por cor/raça, vê-se que 12,75% são brancas; 3,96% negras; 4,05% pardas; 2,72% indígenas. Esses dados comprovam que negros, pardos e indígenas, em comparação com os brancos, alcançam em proporções muito menores o diploma universitário.

As primeiras instituições públicas de ensino superior (Ipes) a adotar cotas raciais no vestibular foram as universidades estaduais do Rio de Janeiro e do Norte Fluminense, ambas em 2001; seguidas pelas universidades estaduais da Bahia

(2002) e do Mato Grosso do Sul (2003). Todas adotaram um sistema de autodeclaração racial dos candidatos (BITTAR; ALMEIDA, 2006).

A Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira Ifes a adotar o sistema de cotas raciais, em 2004. O sistema da UnB se diferenciou por utilizar uma comissão de avaliação racial dos candidatos, com o propósito de evitar fraudes ocorridas pela simples autodeclaração. Do vestibular do segundo semestre de 2004 ao vestibular do segundo semestre de 2012, 20% das vagas foram reservadas para candidatos negros e indígenas, proporcionando uma maior inclusão desses grupos na UnB (CHAVES; TURGEON; WIVES, 2014).

Atualmente, as cotas em todas as Ifes são regulamentadas pela Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Esse marco legal determina a adoção de um sistema que reserva 50% das vagas a alunos vindos de escolas públicas no ensino médio, dentre essas vagas, 50% devem ser destinadas a estudantes de baixa renda, ou seja, renda familiar per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo por mês. Essas são as chamadas cotas sociais. Dentro dessas cotas sociais, a lei determinou cotas raciais para estudantes negros, pardos e indígenas, com reserva de vagas no mínimo igual à sua distribuição na população da unidade federativa em que se localiza a instituição federal.

O prazo para que as novas regras de cotas fossem adotadas foi de 2012 até 2016, nestes anos foram estabelecidas etapas mínimas anuais de 25% de implementação da reserva de vagas prevista na lei, até atingir 100% da implementação da lei em 2016. Para os vestibulares de 2013, a UnB adotou a regra mínima, 25% da reserva de vagas prevista na lei, e manteve o sistema de 20% de cotas para negros e indígenas já praticado (CHAVES; TURGEON; WIVES, 2014).

Os posicionamentos quanto à adesão e instituição de políticas de cotas não são unânimes, argumentos favoráveis feitos por aqueles que crêem que “esforços extraordinários precisam ser feitos para reduzir as amplas desigualdades raciais brasileiras – uma posição que assume que as concepções de ‘cidadania universal’ e igualdade estritamente jurídica apenas servem para mascarar e perpetuar as desigualdades raciais” (CHAVES; TURGEON; WIVES, 2014, p.367) se contrapõem a alegações de que o sistema de cotas fere o princípio democrático de igualdade, sendo assim uma forma de injustiça que atenta contra a meritocracia (CHAVES;

TURGEON; WIVES, 2014). Diversas outras concepções e argumentos permeiam esse tema, porém a análise desse debate não está no escopo do trabalho.

Outro destaque é ampliação e a diversificação da oferta de vagas na modalidade à distância pelo Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), no qual universidades federais oferecem cursos de graduação por meio de pólos, possibilitando descentralização geográfica de oferta do ensino.

Além desses quatro mecanismos muito significativos, há algumas outras iniciativas que também impactaram na oferta de ensino superior. Foi criado o Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior (Sinaes) pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. O processo de avaliação leva em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente. O Sinaes reúne informações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e das avaliações institucionais e dos cursos. As informações obtidas são utilizadas para orientação institucional de estabelecimentos de ensino superior e para embasar políticas públicas. Os dados também são úteis para a sociedade, especialmente aos estudantes, como referência quanto às condições de cursos e instituições.

A criação de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifet) também contribuíram para o aumento da oferta e a expansão da educação superior, por meio de cursos com habilitação de Tecnólogo, valorizando e renovando o ensino profissional.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) é outro destaque fundamental, pois apóia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). O Pnaes tem como objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, combatendo situações de repetência e evasão. O plano oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa. Os critérios de seleção dos estudantes levam em conta o perfil

socioeconômico dos alunos, além de critérios estabelecidos de acordo com a realidade de cada instituição.

Imperatori (2017) aponta que o Pnaes representa um grande avanço no reconhecimento da assistência estudantil como um direito social, no entanto, para a autora ainda há desafios a serem superados. Em primeiro lugar, a restrição do plano às Ifes, excluindo outras instituições que oferecem educação superior. Em segundo lugar, a definição do público-alvo através do critério de renda sem questionar em que medida apenas esse critério é indicador de vulnerabilidade ou se o valor da renda considerado é aplicável a todas as realidades do Brasil.

Todos esses mecanismos e iniciativas visaram contribuir para o aumento da diversificação na oferta de vagas. Houve ainda dois programas para essa expansão: Programa Universidade para Todos (Prouni) e Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

O Programa Universidade para Todos (Prouni) atua nas vagas na esfera privada por meio de bolsas de estudo, integrais ou parciais, com recursos provenientes de renúncia de receita do governo. Embora muito bem-vindo pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), o Prouni sofreu algumas críticas. O impacto do número total de matrículas realizadas pelos Prouni ainda é inferior ao alcance esperado do programa, a existência de vagas não preenchidas, ainda que haja candidatos inscritos e não pré-selecionados e a diminuição das taxas de ocupação efetiva das bolsas contribuem para que essa situação ocorra (BRASIL, 2009).

Os cursos considerados prioritários pela Portaria do MEC nº 2/2008 possuem percentual baixo de ocupação no programas, o que não rompe com a tendência de toda a educação superior brasileira. Verificou-se ainda, quanto à qualidade dos cursos, por meio do Enade, que 20,9% dos cursos avaliados que possuem alunos do Prouni receberam nota inferior a três. A qualidade da formação dos beneficiários do programa fica assim comprometida, com chances que o aluno do Prouni não tenha qualificação suficiente para o mercado de trabalho brasileiro (BRASIL, 2009).

O segundo é Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que aumentou o número de vagas na esfera pública mediante amplificação de recursos financeiros e humanos de 2007 a 2012. O Reuni sofreu duras críticas no período anterior a sua implementação e logo após o seu fim. No

momento anterior, estudantes de todo o país contribuíram para a formulação do “Livro Cinza do REUNI: Dossiê-denúncia das consequências do REUNI”. Com a concretização do plano, as representações estudantis, iniciaram uma campanha em favor da revogação do Decreto Presidencial que instituiu o Reuni (MARTINS, 2017).

No período posterior, em 2013, os docentes por meio do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES/SN) publicaram dois dossiês dedicados a refletir sobre os impactos do Reuni, de modo especial sobre o trabalho docente. As publicações apresentam diversas denúncias: insuficiência de recursos para finalização de obras; falta de prédios e salas de aula para atender os alunos; número insuficiente de técnico-administrativos e docentes; cargas-horárias de trabalho elevadas e em condições insalubres, como salas de aula superlotadas; adoecimento dos docentes, entre outras (MARTINS, 2017).

Ainda segundo Martins (2017), mesmo enfrentando resistências, o Reuni foi apresentado no discurso oficial do governo à sociedade como uma política capaz de garantir a democratização do ensino superior e a justiça social, uma vez que o aumento na oferta de vagas e matrículas no ensino superior público se traduziria em igualdade de oportunidades para um contingente crescente de estudantes. Assim como no Prouni, a democratização é um ponto central no Reuni.

As políticas públicas para educação definidas a partir de 2003 alinharam-se aos imperativos do Plano Nacional de Educação (2001/2010), instituído pela Lei nº 10.172/2001, o qual definiu como prioridade a ampliação do número de estudantes em todos os níveis e etapas de ensino.

A estratégia de ação adotada para por em prática as mudanças estruturais necessárias, foi dividir a expansão da educação superior em três etapas. A Fase I, que abrange o período de 2003 a 2007, teve como principal meta interiorizar o ensino superior público federal. Por sua vez, o período entre 2008 a 2012, no qual foi implantada a Fase II, foi marcado pela execução do Reuni. Finalmente, a expansão em sua terceira fase caracteriza-se pela continuidade das propostas anteriores e a sua complementação.

Na Fase I a prioridade do processo de expansão foi reduzir as assimetrias regionais responsáveis pela concentração das universidades federais em metrópoles e regiões com maior poder aquisitivo.

A criação de novos *campi* ocorreu de acordo com a medida de participação das universidades no desenvolvimento regional, por meio da integração com a comunidade local e da participação efetiva das universidades no desenvolvimento da formação profissional e pesquisa na região.

Para Hoffmann *et al* (2014), o desenvolvimento da educação superior deve passar pela busca da equidade regional, respeitando-se as diferenças culturais, econômicas e demográficas, para não haver a prática de discriminação e criação de estigmas acerca das instituições de ensino superior e suas respectivas regiões. Segundo os autores, essa busca pela igualdade no desenvolvimento passa pelo feedback da avaliação institucional que deve ocorrer de forma conjunta através de interação entre os pares.

Segundo Franco (2016) é papel do Estado, por meio de políticas públicas efetivas, garantir os direitos fundamentais de seus cidadãos, entre eles a educação. No entanto, há empecilhos à ação do governo, principalmente os que representam apenas interesses individuais ou de grupos específicos. Para o autor, cabe à sociedade buscar a garantia deste direito fundamental ao identificar e combater tais obstáculos, valendo-se das prerrogativas de um Estado Democrático de Direito.

No Brasil se observam heterogeneidades históricas quando o assunto são as políticas públicas em educação. Embora a maioria das ações de grande impacto ocorra sob âmbito federal, a educação de uma forma geral é descentralizada e alguns Estados da federação possuem particularidades que refletem grandes diferenças na realidade de cada um (FRANCO, 2016).

Nesse sentido, entre 2003 e 2007 foram criadas dez universidades federais em regiões prioritariamente não metropolitanas, dentre as quais 40% na região sudeste, 30% na região sul, 20% na região nordeste e 10% no centro-oeste. Como resultado, foram disponibilizadas 110.729 novas matrículas, 26.612 vagas e 613 cursos na graduação (BRASIL, 2016).

Na fase II o foco foi “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007) por meio da instituição do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

O fato do Reuni ter sido implementado através de decreto sinaliza, segundo Araújo (2011), a unilateralidade na tomada de decisão e na iniciativa para implantação do programa, considerando que o decreto dispensa apreciação e aprovação no Congresso Nacional. Para a autora, não ocorreu uma discussão ampla com a comunidade universitária e não universitária acerca da concepção, dos princípios e das diretrizes e metas elencadas no programa.

No entender de Bucci, “as políticas públicas são instrumentos de ação dos governos – *governmentby policies* que desenvolve e aprimora o *governmentby Law*.” (BUCCI, 2006, p. 254). Sempre que o poder executivo buscar um plano de atuação estruturado em etapas, que inclui tomada de decisões políticas, com adequada percepção de necessidades, voltado ao atendimento de interesse público, a satisfação de direitos ou a solução de problemas sociais estamos diante de uma política pública (MILLON, 2010).

Segundo Millon (2010), o sucesso de uma política pública não acontece, mesmo com a atuação de técnicos especialistas em planejamento e orçamento público, sem o conhecimento da realidade social e das prioridades de interesse público da sociedade. A autora conclui que para o alcance das finalidades públicas, indispensável à participação popular na elaboração, formulação e acompanhamento de execução das políticas públicas.

Quanto ao Reuni, sua concepção e elaboração não foram objeto de discussão pela comunidade universitária; ao contrário, ele foi concebido por técnicos do MEC e apreciado por Reitores das universidades federais. Essa unilateralidade motivou intensos protestos do movimento estudantil e das entidades de representação docente. Em 25 universidades federais, houve tumulto e violência em reuniões de conselhos universitários; 14 reitorias foram invadidas; nove dessas ocupações somente terminaram mediante emissão de mandados judiciais de reintegração de posse (ARAÚJO, 2011).

Apesar de manifestações contrárias, no que se refere às metas quantitativas do programa, o REUNI foi mantido em forma e conteúdo. As metas globais do Reuni são a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presencial para 90%; elevação gradual da relação de número de alunos por professor de 18 para 1 em cursos presenciais de graduação; aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação.

Com o fim do Reuni é possível analisar as metas alcançadas pelas universidades, para o propósito deste trabalho - avaliar se as vagas ofertadas pelo Reuni foram ocupadas de modo diversificado e democrático na Universidade de Brasília - serão utilizados os quantitativos de evolução no número de vagas ofertadas nos cursos de graduação presencial e no número de cursos de graduação presencial, no período de 2006 a 2012, conforme ilustrado a seguir.

Tabela 1- Evolução da oferta de vagas no Brasil e na Universidade de Brasília, 2006 a 2012.

Ano	Vagas UnB	Vagas Brasil
2006	4.921	144.445
2007	5.711	155.040
2008	7.602	169.502
2009	8.069	210.236
2010	8.090	248.534
2011	8.014	270.121
2012	8.368	283.445

FONTE: Censo da educação superior, 2006-2012, INEP/MEC. ELABORAÇÃO: Autora.

Os números indicam um incremento na oferta de vagas, nos cursos de graduação em todo o Brasil. Na série histórica 2006-2012, da Tabela 1, ocorreu um aumento de 96% nas vagas ofertadas, uma evolução de 144.445, em 2006, para 283.445, em 2012. Na Universidade de Brasília, no mesmo período, registrou um crescimento de 95%, uma evolução de 4.921 vagas ofertadas, em 2006, para 8.368, em 2012.

Tabela 2- Evolução do número de cursos, por turno, na Universidade de Brasília, 2006 a 2012.

Ano	Cursos	
	Integral	Noturno
2006	63	15
2007	71	15
2008	80	18
2009	91	24
2010	103	31
2011	136	32
2012	138	35

FONTE: Censo da educação superior, 2006-2012, INEP/MEC. ELABORAÇÃO: Autora.

O aumento de cursos ofertados na Universidade de Brasília (UnB), durante a implementação do Reuni, contribuiu para o aumento de vagas ofertadas no período. O crescimento de 133,33% na oferta de cursos noturnos pode ter aberto o acesso à universidade para o público que não consegue frequentar a universidade no tempo integral.

3. Metodologia

Os dados utilizados nesta pesquisa foram coletados através de três bases distintas: Observatório da Vida Estudantil, Censo da Educação Superior e Anuário Estatístico da Universidade de Brasília.

O Censo da Educação Superior é produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação e Documentos (Inep/MEC). A publicação, disponível para download, corresponde a um conjunto de tabelas organizadas por tema – sendo também possível consultar as informações divididas por municípios. Os dados apresentados fazem referência a instituições, recursos humanos, cursos de graduação presenciais, processos seletivos, matrícula, concluintes, cursos de graduação a distância, além das instituições federais.

O Anuário Estatístico elaborado pelo Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional (DPO/UnB) é organizado em uma série de cinco anos, possibilitando análises comparadas, longitudinais e de evolução em cada área de conhecimento. O controle dos registros acadêmicos ocorre por meio do Cadastro de Pessoa física (CPF) de cada estudante. Os dados referem-se a cursos e alunos de graduação e de pós-graduação da UnB, tendo como fonte de dados o Censo da Educação Superior (CenSup), após sua consolidação pelo INEP/MEC.

O Observatório da Vida Estudantil utiliza um questionário preenchido pelos alunos ingressantes na Universidade de Brasília durante o ato de matrícula. O questionário (ANEXO 1) é composto por 40 questões separadas em blocos temáticos - Identificação; Perfil Socioeconômico e Demográfico; Trajetória pré-universitária; Inserção Universitária; Trabalho e Perspectivas Futuras e Informações Adicionais.

O banco de dados elaborado a partir das respostas às questões contém as informações de ingresso dos alunos de 2012 a 2016. Os dados empregados na pesquisa foram disponibilizados pelo Decanato de Ensino de Graduação (DEG).

No total, foram disponibilizados 37.972 questionários, foram consideradas como respostas válidas apenas os que estavam preenchidos de acordo com as opções do tópico tratado, sendo desconsiderados os questionários que apresentaram as marcações Não se Aplicam (NA) ou vazio. As estatísticas descritivas foram produzidas pelo aplicativo de criação de planilhas eletrônicas Microsoft Excel.

A análise de dados ocorreu em duas etapas. Etapa I: Preparação dos dados com seleção e classificação de variáveis. Etapa II: Apresentação de resultados descritivos, através de gráficos e tabelas, utilizando variáveis que compõem o perfil do alunado com os critérios de raça/cor e renda, e suas relações.

Para as análises da Etapa II, foram selecionadas as seguintes variáveis: Sexo, Cor/raça, Renda mensal familiar, Sistema de Ingresso e Origem escolar.

O foco analítico deste trabalho é a democratização do acesso às vagas ofertadas na graduação presencial.

4. Resultados

O quantitativo de alunos de graduação da Universidade de Brasília apresentou um incremento de 72,6% no intervalo 2006-2016, nesse decênio podemos acompanhar o antes, o durante e o depois do Reuni. Os dados obtidos nos anuários estatísticos elaborados pelo Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO) confirmam a expansão do número de vagas, entretanto, os documentos não apresentam informações de raça/cor ou renda desses alunos, o que nos impede de avaliar se essa expansão foi acompanhada por uma democratização do perfil universitário.

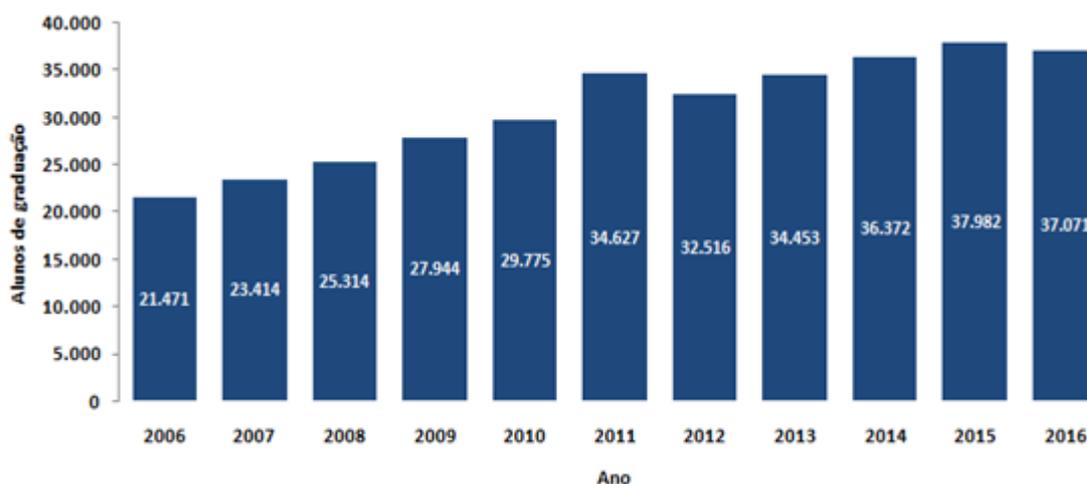


Gráfico 1- Evolução do número de alunos registrados na graduação, 2012 a 2016.

FONTE: Anuário estatístico, 2007-2017, DPO. ELABORAÇÃO: Autora.

4.1. Raça

A pesquisa realizada pelo Observatório da Vida Estudantil (OVE), que utiliza o questionário socioeconômico respondido pelos alunos de graduação da UnB no ato da matrícula, apresenta informações pertinentes para o objetivo deste trabalho. No entanto, os dados fornecidos pelo OVE datam apenas a partir de 2012, último ano de vigência do Reuni. Dessa forma, cabe analisar os impactos do Reuni em conjuntos com diversas outras medidas voltadas para a democratização do perfil universitário.

Tabela 3- Alunos Registrados nos Cursos de Graduação por Raça/Cor, UnB, 2012 a 2016.

Ano	Raça/cor						Total
	Branca	Parda	Preta	Amarela	Indígena	Outros	
2012	3.516	2.383	636	215	45	62	6.857
2013	3.565	2.514	806	235	53	50	7.223
2014	3.578	2.803	713	201	48	-	7.343
2015	3.590	2.985	817	196	51	-	7.639
2016	3.208	3.626	814	172	36	-	7.856
Total	17.457	14.311	3.786	1.019	233	112	36.918
Varição 2012-2016	-9%	52%	28%	-20%	-20%	-100%	10%

FONTE: Observatório da Vida Estudantil. ELABORAÇÃO: Autora.

Nos anos de 2012 a 2014 há o predomínio da entrada de estudantes brancos, nos dois últimos anos a tendência se inverte e os alunos negros- pardos e pretos somados - se tornam maioria. Na comparação 2012-2016 apenas as categorias parda e preta obtiveram aumento, 52% e 28% respectivamente. O número total de pardos ingressantes na UnB passou de 2.383 para 3.626 e o de pretos de 636 para 814. Os graduandos brancos tiveram uma diminuição de 9%, de 3.516 em 2012 para 3.208 em 2016.

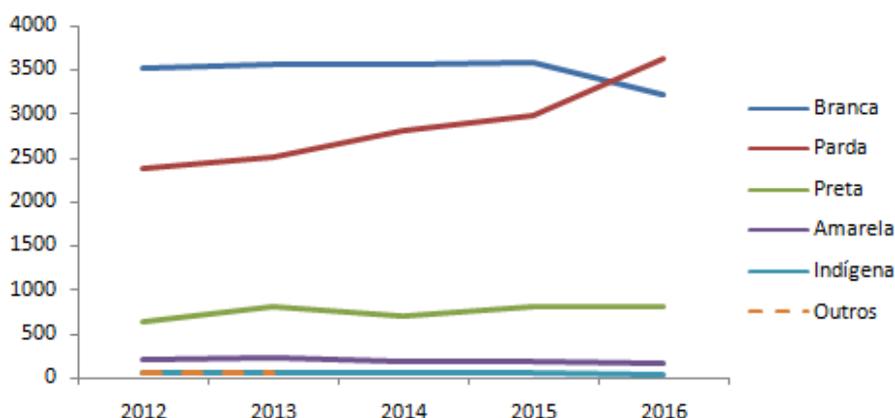


Gráfico 2- Alunos Registrados nos Cursos de Graduação por Raça/Cor, UnB, 2012 a 2016.

FONTE: Observatório da Vida Estudantil. ELABORAÇÃO: Autora.

No Brasil, em 2016, a população foi estimada em 205,5 milhões de pessoas. Em 2012, eram 198,7 milhões, uma variação de 3,4%. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) 2016, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que, no critério de declaração de cor ou raça, a maior parte da população brasileira é parda: são 95,9 milhões de pessoas, representando 46,7% do total. Em 2012, início da Pnad Contínua, esse percentual era 45,3%.

O contingente de cor branca representava 44,2% do total populacional do país em 2016, com 90,9 milhões de pessoas. Em 2012, esse índice era de 46,6%. Declarantes da cor preta foram 8,2% em 2016, um total de 16,8 milhões de pessoas. Em 2012, eram 7,4%.

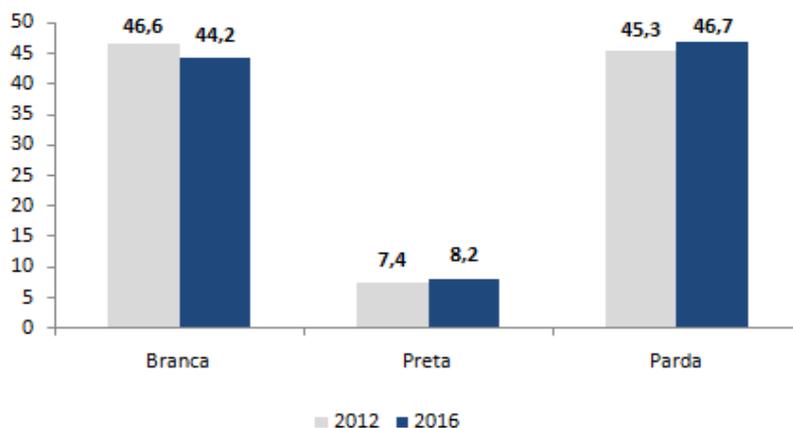


Gráfico 3- Distribuição da população, por raça/cor, Brasil, 2012 e 2016.

Fonte e elaboração: IBGE/DPE.

A redução dos brancos e aumento de pretos e pardos na população é uma tendência verificada ao longo do tempo no país e a Universidade de Brasília seguiu a mesma direção na composição do seu corpo discente.

Ainda que negros sejam maioria no Brasil a maior parte da renda está concentrada nas mãos de brancos. A Pnad Contínua 2016 mostra que o rendimento médio real habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas no País foi estimado, no 4º trimestre de 2016, em R\$ 2.043. Quando analisado por cor ou raça, o rendimento dos pardos (R\$ 1.480) e dos pretos (R\$ 1.461) correspondia respectivamente a 55,6% e 54,9% do rendimento dos brancos.

O gráfico a seguir, apresenta a evolução do rendimento médio real habitual para o 4º trimestre no período de 2012 a 2016.

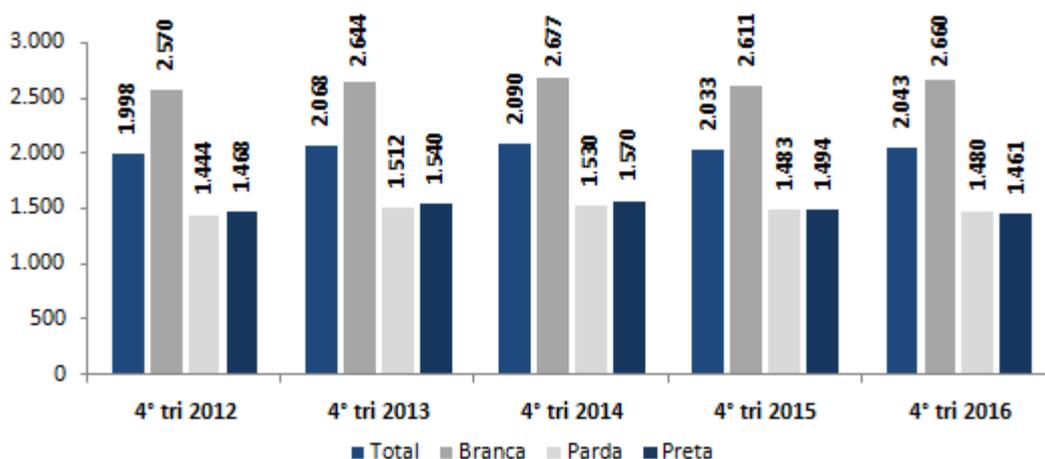


Gráfico 4- Evolução do rendimento médio real habitual para o 4º trimestre, por raça/cor, Brasil, 2012 a 2016.

FONTE: PNAD Contínua/IBGE. ELABORAÇÃO: Autora.

Na Universidade de Brasília, quando comparamos as variáveis renda e raça/cor dos alunos ingressantes no mesmo período, podemos observar que 51,5% dos estudantes brancos vêm de famílias cuja renda mensal está nos dois extratos mais elevados, enquanto 71,7% dos pardos e 79,8% dos pretos estão nas duas faixas de menor renda mensal.

A juventude negra e pobre é a mais afetada pelas barreiras educacionais. Baixo número de anos de estudo, evasão escolar e dificuldade de acesso à universidade são problemas maiores para esses grupos, que, não por acaso, estão na base da pirâmide de renda brasileira.

No entanto, no período de 2012 a 2016 é notável o maior acesso de negros e pobres a UnB. Esse aumento está diretamente relacionado aos sistemas de cotas adotados - cotas raciais (UnB), cotas para escolas públicas e raciais, cotas para escolas públicas (<=1,5 SM), cotas para escolas públicas e raciais (<=1,5 SM).

Tabela 4- Alunos registrados nos cursos de graduação, por Sistema de Ingresso, 2012 a 2016.

Ano	Sistema de Ingresso				Total
	Sistema de Cotas	%	Sistema Universal	%	
2012	675	9%	6.486	91%	7.161
2013	1.337	19%	5.756	81%	7.093
2014	1.821	26%	5.301	74%	7.122
2015	3.119	40%	4.727	60%	7.846
2016	4.340	54%	3.626	46%	7.966
Total	11.292	30%	25.896	70%	37.188
Variação 2012-2016	542,96%	-	-44,09%	-	-

FONTE: Observatório da Vida Estudantil. ELABORAÇÃO: Autora.

O número de ingressantes beneficiados pelos sistemas de cotas apresentou um salto de 9% para 54%, acumulando na variação 2012-2016 um crescimento de 542,96%. No mesmo intervalo, a quantidade de matriculados advindos do sistema universal acumulou uma redução de 44,09%. No ano de 2016, o ingresso dos cotistas superou o dos não-cotistas em 8%, 4.340 e 3.626 ingressantes, respectivamente.

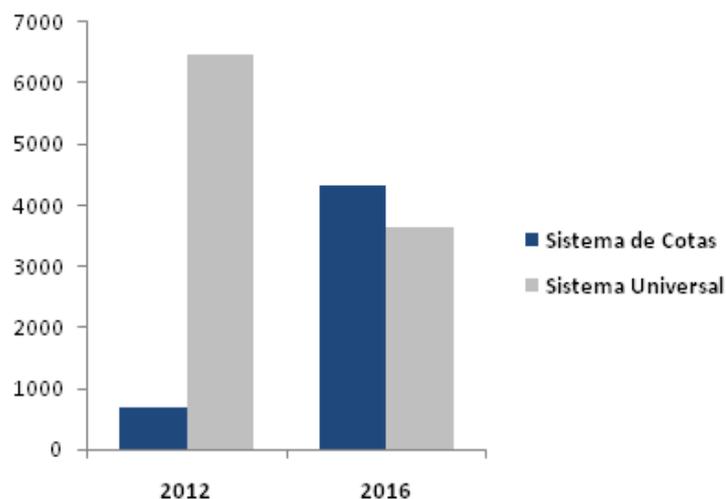


Gráfico 5- Alunos registrados nos cursos de graduação, por Sistema de Ingresso, 2012 e 2016.

FONTE: Observatório da Vida Estudantil. ELABORAÇÃO: Autora.

4.2. Renda

Após a análise da mudança do perfil dos alunos quanto à raça, vejamos a seguir quanto à renda.

Na variação 2012-2016, o número de ingressantes da faixa de renda mais baixa - até três salários mínimos - aumentou para todas as raças. Brancos cresceram 31,47%, pardos 139,8% e pretos 101,98%.

Tabela 5- Alunos Registrados nos Cursos de Graduação, por Raça/Cor e Renda Mensal, 2012 a 2016.

Raça/Cor - Renda mensal	Ano de ingresso						Total	Variação 2012-2016
	2012	2013	2014	2015	2016			
Branca								
Até 3 SM	537	450	435	538	706	2.666	31,47%	
De 3 a 10 SM	1.078	1.176	1.150	1.106	1.044	5.554	-3,15%	
De 10 a 20 SM	830	905	945	954	808	4.442	-2,65%	
Mais de 20 SM	737	887	1.033	978	650	4.285	-11,80%	
Parda								
Até 3 SM	613	682	809	899	1.470	4.473	139,80%	
De 3 a 10 SM	917	961	1.109	1.197	1.380	5.564	50,49%	
De 10 a 20 SM	417	508	529	552	502	2.508	20,38%	
Mais de 20 SM	244	285	339	327	264	1.459	8,20%	
Preta								
Até 3 SM	202	283	258	308	408	1.459	101,98%	
De 3 a 10 SM	254	335	290	347	278	1.504	9,45%	
De 10 a 20 SM	83	119	108	106	90	506	8,43%	
Mais de 20 SM	48	53	55	53	34	243	-29,17%	
Total	5.960	6.644	7.060	7.365	7.634	34.663	28,09%	

FONTE: Observatório da Vida Estudantil. ELABORAÇÃO: Autora.

Analisando apenas a renda mensal familiar visualizamos com mais clareza o aumento da participação dos integrantes da classe mais baixa como um todo. Os estudantes da faixa de renda familiar até três salários mínimos passaram de 1.467 para 2.664, uma variação de 81,6%. Nota-se também a redução numérica dos mais ricos, que reduziram 13%, variando de 1.101 para 958.

Tabela 6- Alunos Registrados nos Cursos de Graduação por Renda Familiar, 2012 a 2016.

Renda familiar	Ano de ingresso						Total	Variação 2012-2016
	2012	2013	2014	2015	2016			
Até 3 SM	1.467	1.493	1.560	1.809	2.664	8.993	81,60%	
De 3 a 10 SM	2.419	2.609	2.638	2.746	2.796	13.208	15,58%	
De 10 a 20 SM	1.420	1.592	1.631	1.669	1.424	7.736	0,28%	
Mais de 20 SM	1.101	1.269	1.480	1.387	958	6.195	-12,99%	
Total	6.407	6.963	7.309	7.611	7.842	36.132	22,40%	

FONTE: Observatório da Vida Estudantil. ELABORAÇÃO: Autora.

A renda familiar interfere diretamente na modalidade de rede escolar - pública ou privada - frequentada pelos brasileiros. Quanto à origem escolar dos ingressantes na UnB, entre 2012 e 2016, podemos observar um aumento nas categorias somente em escolas particulares com bolsa e somente em escolas públicas, essa última com crescimento de 80,92% na variação do período analisado.

Tabela 7- Alunos Registrados nos Cursos de Graduação, por Origem Escolar, 2012 a 2016.

Origem escolar	2012	2013	2014	2015	2016	Total	Varição 2012-2016
Majoritariamente em escolas particulares	269	287	295	269	154	1.274	-42,75%
Majoritariamente em escolas particulares com bolsa	127	129	152	124	84	616	-33,86%
Majoritariamente em escolas públicas	203	273	201	220	146	1.043	-28,08%
Somente em escolas particulares	3.541	3.532	3.313	3.101	2.684	16.171	-24,20%
Somente em escolas particulares com bolsa	434	463	483	464	476	2.320	9,68%
Somente em escolas públicas	2.359	2.539	2.802	3.388	4.268	15.356	80,92%
Total	6.933	7.223	7.246	7.566	7.812	36.780	-

FONTE: Observatório da Vida Estudantil. ELABORAÇÃO: Autora.

A maior presença de estudantes que frequentaram escolas públicas aponta para a democratização do acesso, uma vez que o ensino superior gratuito não se restringe mais aos filhos de uma pequena elite.

Agrupando todos os dados de 2012 a 2016, observa-se que 86% dos matriculados frequentou apenas uma única modalidade da rede de ensino durante toda sua trajetória escolar, 44% em colégios particulares e 42% em colégios públicos, o que indica que para um nível de renda familiar mensal estabilizado mantém-se um só padrão de origem escolar.

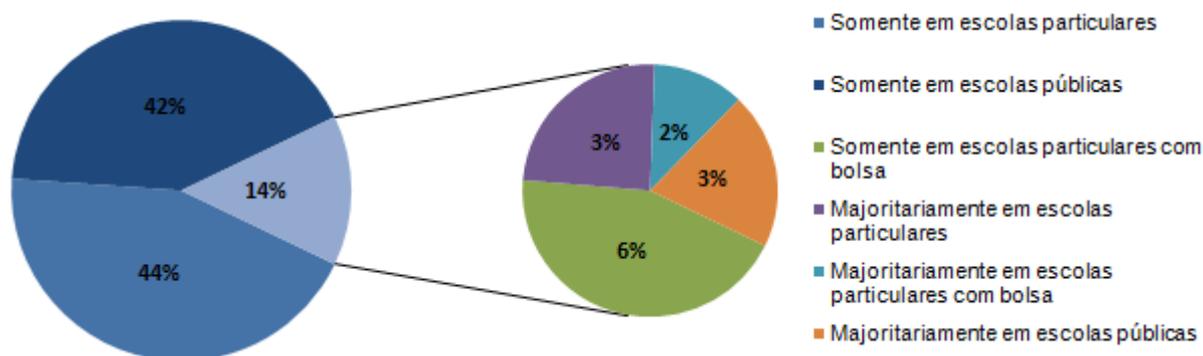


Gráfico 6- Alunos Registrados nos Cursos de Graduação, por Origem Escolar, 2012 a 2016.

FONTE: Observatório da Vida Estudantil. ELABORAÇÃO: Autora.

O “prêmio salarial” - diferença de renda relativa entre pessoas com mais e menos anos de escolaridade para o ensino superior cresceu relativamente considerando os últimos 40 anos, mas segue em viés de queda desde os últimos 15 (MENEZES-FILHO, KIRSCHBAUM, 2015). Pessoas com ensino superior ganham até 2,5 vezes mais do que aqueles que concluíram apenas o ensino médio.

O maior acesso ao ensino superior por grupos com rendimentos historicamente menores, negros e mulheres, têm efeito benéfico para a redução de desigualdades.

4.3. Gênero

Finalmente, quanto ao gênero é possível observar um equilíbrio entre o número de ingressantes do sexo feminino e masculino durante todo o período analisado. Somente em 2012 a diferença percentual entre os sexos dos matriculados supera 5%, sendo 53% o número de mulheres e 47% o de homens.

Tabela 8- Alunos Registrados nos Cursos de Graduação, por Gênero, 2012 a 2016.

ANO	Feminino	%	Masculino	%	Total
2012	3.750	53%	3.286	47%	7.036
2013	3.553	49%	3.670	51%	7.223
2014	3.548	48%	3.804	52%	7.352
2015	3.646	48%	3.997	52%	7.643
2016	3.960	51%	3.870	49%	7.830
Total	18.457	49,8%	18.627	50,2%	37.084

FONTE: Observatório da Vida Estudantil. ELABORAÇÃO: Autora.

No entanto, os resultados educacionais não se refletem necessariamente no mercado de trabalho. Segundo o estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), tendo como base a população de 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo em 2016, as mulheres somam 23,5%, e os homens, 20,7%. Quando se comparam os dados com homens e mulheres de cor preta ou parda, os percentuais são bastante inferiores: 7% entre os homens e 10,4% entre mulheres.

Mesmo em número maior entre as pessoas com ensino superior completo, as mulheres ainda enfrentam desigualdade no mercado de trabalho em relação aos

homens. Em relação ao rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos e razão de rendimentos, por sexo, entre 2012 e 2016, as mulheres ganham, em média, 75% do que os homens ganham. Isso significa que as mulheres têm rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos no valor de R\$ 1.764, enquanto os homens, R\$ 2.306 (IBGE, 2018).

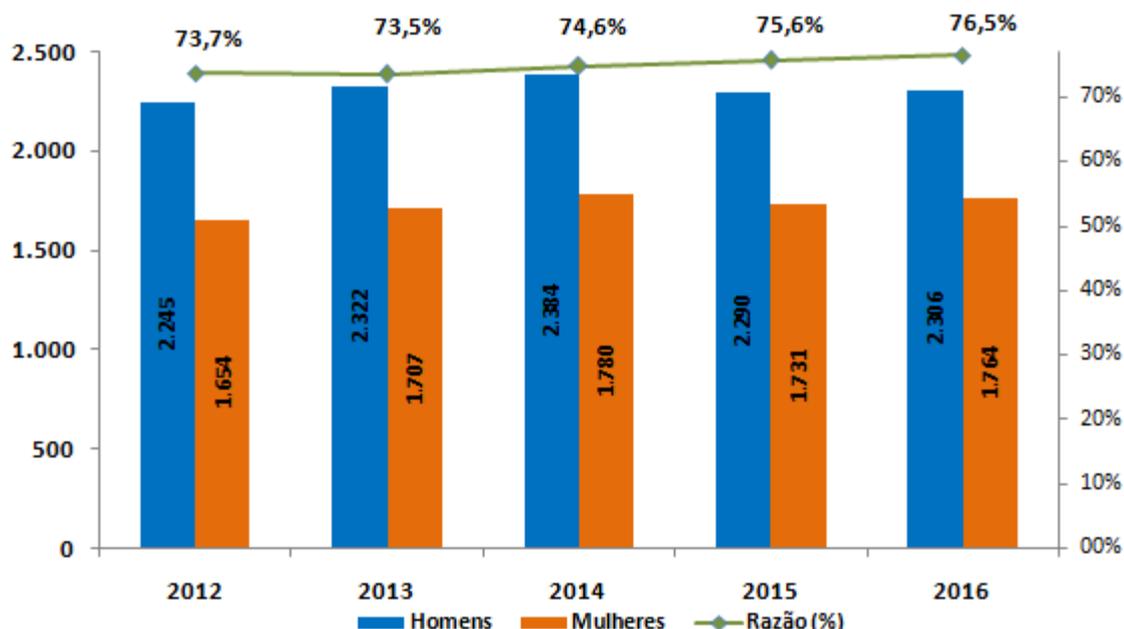


Gráfico 7- Rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos e razão de rendimentos por sexo.

Fonte e elaboração: IBGE, PNAD Contínua 2012-2016

Não é suficiente que a educação superior seja alcançada por mulheres, é necessário combater as disparidades dos ganhos médios mensais. Dessa forma é de suma importância manter uma agenda pública permanente, que coloque a igualdade de gênero como um dos eixos estruturantes da formulação de políticas públicas no País.

5. Conclusão

Com base nos resultados, podemos concluir que o Reuni colocou na agenda a atenção à raça/cor e à renda. Antes, as estatísticas nem traziam dados sobre isso, agora já são apresentadas com essa divisão.

Além disso, pode-se observar o grande crescimento de alunos negros/pardos, observado na UnB nos anos 2015 e 2016. Na comparação 2012-2016 apenas as

categorias parda e preta obtiveram aumento, 52% e 28% respectivamente. O número total de pardos ingressantes na UnB passou de 2.383 para 3.626 e o de pretos de 636 para 814. Os graduandos brancos tiveram uma diminuição de 9%, de 3.516 em 2012 para 3.208 em 2016.

Destaca-se a importância da adoção de sistemas de cotas para a formação desse quadro. Em 2016, o número de alunos cotistas superou o de não-cotistas, 4.340 e 3.626 ingressantes, respectivamente. Na comparação 2012-2016, os cotistas aumentaram sua participação em 542,96%, um indicador expressivo da democratização do acesso.

Quanto à renda, observa-se influência direta do componente raça/cor para sua composição, 51,5% dos estudantes brancos vêm de famílias cuja renda mensal está nos dois extratos mais elevados, enquanto 71,7% dos pardos e 79,8% dos pretos estão nas duas faixas de menor renda mensal.

Na variação 2012-2016, o número de ingressantes da faixa de renda mais baixa - até três salários mínimos - aumentou para todas as raças. Brancos cresceram 31,47%, pardos 139,8% e pretos 101,98%.

Outro indicador da ocupação mais democrática das vagas na Universidade de Brasília é o crescimento de 80,92%, na variação do período analisado, dos estudantes que frequentaram somente escolas públicas.

Finalmente, quanto ao gênero, percebe-se que o problema da disparidade entre homens e mulheres não está no acesso ao ensino superior público, uma vez que existe um equilíbrio entre o número de ingressantes do sexo feminino e masculino durante todo o período analisado, e sim no fato de que os resultados educacionais não se refletem necessariamente no mercado de trabalho.

Ainda que as mulheres sejam maioria entre as pessoas com ensino superior completo, em relação ao rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos e razão de rendimentos, entre 2012 e 2016, elas ganham, em média, 75% do que os homens ganham.

Vale ressaltar que não é possível afirmar que esse resultado deveu-se apenas ao Reuni, visto que há todo o contexto nacional, variáveis econômicas, dinâmica social, nas quais os alunos e toda a sociedade estão inseridos. Mas o programa certamente contribuiu para inserir o tema na agenda, modificar a forma

como os dados são coletados e compilados, e aumentar o acesso de alunos negros e de baixa renda à Universidade de Brasília - UnB.

6. Referências

ARAÚJO, Rhoberta Santana de. **A implantação do reuni na universidade federal do Pará: um estudo de caso do campus universitário de Altamira**. 278 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

BITTAR, Mariluce; ALMEIDA, Carina E. Maciel de. Mitos e controvérsias sobre a política de cotas para negros na educação superior. **Educar em Revista**, [s.l.], n. 28, p.141-159, dez. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40602006000200010>.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório de auditoria operacional : Programa Universidade para Todos (ProUni) Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) / Relator Ministro José Jorge**. – Brasília: TCU, 2009.145 p

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. 344 p

COLLARES, Ana Cristina Murta; GOELLNER, Isabella de Araujo. Mobilidade estudantil no Ensino Superior e seus impactos, ou “Quem está migrando para estudar?”. In: **18º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**, 2017, Brasília. GT 18 Educação Superior na Sociedade Contemporânea.

FRANCO, Luciano Correia. **EVASÃO NOS CURSOS SUPERIORES DA REGIÃO NORTE E ESTUDO COMPARATIVO PARA AVALIAÇÃO DAS IFES TOCANTINENSES**. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão de Políticas Públicas, Universidade Federal do Tocantins - UFT, Palmas, 2016.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **O debate constitucional sobre as ações afirmativas**. In: Santos, Renato Emerson dos; Lobato, Fátima (Orgs.). **Ações afirmativas: políticas públicas contras desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003. p.15-57.

HOFFMANN, Celina et al. O desempenho das universidades brasileiras na perspectiva do Índice Geral de Cursos (IGC). **Educação e Pesquisa**, [s.l.], v. 40, n. 3, p.651-665, 29 abr. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022014041491>.

IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 38. ed. Rio de Janeiro, 2018. 12 p. (Coleção Ibgéana; Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296).

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, [s.l.], n. 129, p.285-303, ago. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.109>.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; NEVES, Paulo Sérgio da Costa; SILVA, Paula Bacellar e. A implantação de cotas na universidade: paternalismo e ameaça à posição dos grupos dominantes. **Revista Brasileira de Educação**, [s.l.], v. 19, n. 56, p.141-163, mar. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782014000100008>

MARTINS, Carlos Benedito. Uma reforma necessária. **Educação & Sociedade**, [s.l.], v. 27, n. 96, p.1001-1020, out. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302006000300017>.

MARTINS, Raisia Maria de Arruda. **ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS, A CONTRADIÇÃO – O REUNI E A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA**. In: 38ª REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd. São Luís/MA, 2017. GT11 - Política da Educação Superior – Trabalho 890, p. 1 - 17.

MENEZES-FILHO, Naercio, KIRSCHBAUM, Charles. 2015. “**Educação e desigualdade no Brasil**”. In Arretche, M. “Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos”. Centro de Estudos da Metrópole – CEM. Editora Unesp. São Paulo.

MILLON, Lara Vanessa. Participação popular nas políticas públicas municipais: Eficácia e implementação. **Revista de Direito** Vol. 13, Nº. 17, Ano 2010, p. 59-71.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; RAIZER, Leandro; FACHINETTO, Rochele Fellini. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. **Sociologias**, [s.l.], n. 17, p.124-157, jun. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-45222007000100006>.

SILVA, Renan Freitas da. **PROGRAMA REUNI: EXPANSÃO DE VAGAS NA FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2008-2012)**. 239 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação (modalidade Profissional), Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

TURGEON, Mathieu; CHAVES, Bruno Sant'anna; WIVES, Willian Washington. Políticas de ação afirmativa e o experimento de listas: o caso das cotas raciais na universidade brasileira. **Opinião Pública**, [s.l.], v. 20, n. 3, p.363-376, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912014203363>

7. ANEXO 1- Perfil do Estudante da Universidade de Brasília - Etapa Registro

O presente questionário foi elaborado pela equipe do Observatório da Vida Estudantil da UnB com o objetivo de levantar informações socioeconômicas, demográficas e sobre o processo de inserção universitária dos estudantes no momento de ingresso na universidade.

Os dados coletados serão utilizados no âmbito da Universidade de Brasília para fins institucionais e de pesquisa pela equipe do Observatório. As suas respostas serão tratadas de forma confidencial, e seu nome não será identificado em nenhum tipo de publicação. Sua participação é de fundamental importância para que a Universidade de Brasília conheça melhor os seus estudantes e obtenha subsídios para aprimorar sua política acadêmica e de assistência estudantil. Esta base de dados é gerenciada pela LimeSurvey e mais informações, inclusive sobre segurança e confidencialidade, podem ser obtidas no site <http://www.limesurvey.com/>.

Ao clicar em PRÓXIMO, no final desta página, você está declarando estar informado sobre os objetivos do levantamento e estar de acordo em preencher o questionário.

Ao finalizar o questionário, você deverá imprimir sua folha de respostas no link indicado e entregá-la junto com os demais documentos do processo de Registro.

Caso seja preciso alterara sua forma de ingresso, você poderá acessar novamente o questionário e imprimir novo recibo.

Se necessário você poderá fazer contato com a equipe de pesquisa através do e-mail unb.observatorio@gmail.com

Bloco 1 – Identificação

[1] Nome completo:

[2] CPF:

[3] E-mail:

[4] Campus e turno:

- Campus UnB - Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF - Diurno
- Campus UnB - Darcy Ribeiro (Plano Piloto) / DF - Noturno
- Campus UnB - Ceilândia / DF - Diurno
- Campus UnB - Gama / DF - Diurno
- Campus UnB - Planaltina / DF - Diurno
- Campus UnB - Planaltina / DF – Noturno

[4.1] Curso: _____

Bloco 2 - Perfil Socioeconômico e Demográfico

[5] Sexo:

- Feminino
- Masculino

[6] Data de nascimento:

- Dia:
- Mês:
- Ano:

[7] Nacionalidade:

- Brasileiro (a)
- Estrangeiro (a)
- Estrangeiro (a) naturalizado (a)

[7.1] Se estrangeiro, de qual país?

[7.2] Se brasileiro, qual a UF de nascimento:

[8] Estado civil:

- Solteiro (a)
- Casado (a)
- Divorciado (a)
- Viúvo (a)
- União Estável
- Separado (a) Não Judicialmente

[9] Cor / raça:

- Branca
- Preta
- Amarela
- Parda
- Indígena
- Outra:

[10] UF de residência: _____

[10.1] Endereço completo:

- Logradouro:
- Número:
- Complemento:
- Bairro:

[11] CEP:

[12] Com quem você reside?

- Com os pais

- Com parentes ou amigos
- Em Residência Estudantil - Casa do Estudante Universitário
- Em república
- Em pensão
- Sozinho
- Outros

[13] Quantos, de cada um destes itens, há na sua residência atual?

0 1 2 3 4 ou mais

Aparelho de Som:

Televisão:

DVD:

Geladeira:

Freezer independente:

Máquina de lavar roupa:

Computador (micro, laptop ou notebook):

Conexão de internet

Telefone fixo:

Telefone celular:

TV por assinatura:

Automóvel:

Motocicleta:

[14] Qual a renda mensal de sua família?

- Até 3 salários mínimos (até R\$ 1.866,00).
- De 3 até 10 salários mínimos (R\$ 1.867,00 até R\$ 6.220,00).
- Mais de 10 até 20 salários mínimos (R\$ 6.221,00 até R\$ 12.440,00).
- Mais de 20 até 30 salários mínimos (R\$ 12.441,00 até R\$ 18.660,00).
- Mais de 30 salários mínimos (mais de R\$ 18.661,00).

[15] Qual a sua renda mensal individual?

- Até 3 salários mínimos (até R\$ 1.866,00).
- De 3 até 10 salários mínimos (R\$ 1.867,00 até R\$ 6.220,00).
- Mais de 10 até 20 salários mínimos (R\$ 6.221,00 até R\$ 12.440,00).
- Mais de 20 até 30 salários mínimos (R\$ 12.441,00 até R\$ 18.660,00).
- Mais de 30 salários mínimos (mais de R\$ 18.661,00).
- Não possui renda mensal.

[16] Você ou sua família recebem algum tipo de benefício social?

- Não.

- Sim. Qual? _____

[17] Quantas pessoas, incluindo você, vivem da renda de seu domicílio?

- 1 • 2 • 3 • 4 • 5 • 6 • 7 • 8 • 9 ou mais

[18] Qual é ou era o grau de escolaridade de seu pai?

- Não sabe ler nem escrever.
- Ensino fundamental incompleto.
- Ensino fundamental completo.
- Ensino médio incompleto.
- Ensino médio completo.
- Ensino superior incompleto.
- Ensino superior completo.
- Pós-graduação.
- Não sabe informar.

[19] Qual é ou era o grau de escolaridade de sua mãe?

- Não sabe ler nem escrever.
- Ensino fundamental incompleto.
- Ensino fundamental completo.
- Ensino médio incompleto.
- Ensino médio completo.
- Ensino superior incompleto.
- Ensino superior completo.
- Pós-graduação.
- Não sabe informar.

[20] Qual a distância entre a sua residência e o campus do seu curso?

- Menos de 2 km
- Entre 2 e 10 km
- Entre 10 e 30 km
- Entre 30 e 50 km
- Entre 50 e 100 km
- Mais de 100 km

[21] Qual meio de transporte será utilizado para ir habitualmente ao campus do seu curso?

- Carro próprio
- Carona
- Metrô
- Bicicleta

- A pé
- Motocicleta
- Ônibus. Quantos? _____

[22] Em relação à assistência médica, você possui cobertura por convênio ou plano de saúde?

- Sim
- Não

[22.1] Se não, Quando precisa de assistência médica, você recorre:

- Majoritariamente à rede pública
- Majoritariamente à rede privada

[23] Em geral, como você avalia sua saúde?

Muito boa / Boa / Regular / Ruim / Muito ruim

[24] Sua última consulta médica ocorreu:

- Nos últimos 6 meses
- No último 1 ano
- Entre 1 e 5 anos
- Não lembra / Nunca foi

[25] Você é portador de alguma necessidade especial?

- Não.
- Sim. Especifique: _____

[26] Obteve, por esta razão, atendimento especial para realização da prova de vestibular/PAS?

- Sim
- Não

Bloco 3 - Trajetória pré-universitária

[27] Durante o Ensino Fundamental, você estudou:

- Somente em escolas públicas
- Somente em escolas particulares
- Somente em escolas particulares com bolsa
- Majoritariamente em escolas públicas
- Majoritariamente em escolas particulares
- Majoritariamente em escolas particulares com bolsa

[28] Durante o Ensino Médio, você estudou:

- Somente em escolas públicas
- Somente em escolas particulares
- Somente em escolas particulares com bolsa

- Majoritariamente em escolas públicas
- Majoritariamente em escolas particulares
- Majoritariamente em escolas particulares com bolsa

[29]Que tipo de curso de Ensino Médio você concluiu?

- Ensino Médio regular
- Técnico / Profissionalizante
- Magistério
- Educação de Jovens e Adultos
- Supletivo
- Telecurso
- Exame de massa / menção

[30]Quais atividades extracurriculares você realizou durante o período escolar?

- Curso de idiomas.
- Curso de música.
- Esportes.
- Curso de artes visuais.
- Aulas de dança.
- Aulas de teatro.
- Outros: _____

[31]Você cursou algum tipo de curso preparatório pré-vestibular ou pré-PAS?

- Sim
- Não

[31.1]Se sim, de que tipo?

- particular
- particular com bolsa parcial
- particular com bolsa integral
- público ou gratuito

Bloco 4 - Inserção Universitária

[32]Qual foi a forma de seu ingresso na Universidade de Brasília?

- Vestibular
- PAS
- Transferência facultativa
- Transferência obrigatória
- Admissão para Portador de Diploma de Curso Superior (DCS)
- Processo seletivo FUNAI
- Seleção para vagas remanescentes do vestibular/PAS

- ENEM

[33] Qual foi o seu sistema de ingresso?

- Sistema Universal
- Sistema de Cotas
- Não se aplica

[34] O curso que você faz atualmente corresponde à sua primeira escolha quando decidiu fazer uma graduação?

- Sim
- Não

[34.1] Se não, por que?

- o curso que gostaria de fazer é muito concorrido e minha preparação seria insuficiente para obter aprovação
- já tentei ingressar em outro(s) curso(s) sem sucesso
- já cursei outro(s) curso(s) sem chegar a concluí-lo(s)
- já conclui outro(s) curso(s) de graduação
- Outro motivo. Qual?: _____

[35] Se tivesse oportunidade, trocaria de curso?

- Não
- Sim. Qual? _____

[36] Quais os principais fatores que o motivaram a escolher este curso superior?

- Vocação ou aptidões pessoais
- Gosto pessoal
- Pela exigência intelectual
- Disponibilidade de vagas no mercado de trabalho
- Possibilidades salariais
- Baixa concorrência pelas vagas no vestibular
- Possibilidade de realização pessoal
- Possibilidade de contribuir para a sociedade
- Pela responsabilidade ética
- Porque tenho facilidade de acesso ao mercado de trabalho
- Porque proporciona um emprego seguro
- Porque a profissão permite autonomia na gestão do tempo
- Por exclusão, uma vez que os outros cursos não me agradavam
- Por exclusão, uma vez que o curso de preferência não era oferecido
- Por indicação de teste vocacional

- Tradição familiar
- Desejo da família
- Influência de amigos ou terceiros
- Complementação de formação profissional que já exerce na mesma área
- Outro. Especifique: _____

[37] Você pretende estudar até quando?

- Completar o ensino superior (grau de bacharelado)
- Completar uma pós-graduação (especialização)
- Completar uma pós-graduação (mestrado)
- Completar uma pós-graduação (doutorado)
- Outra:

Bloco 5 - Trabalho e Perspectivas Futuras

[38] Qual a sua situação ocupacional atual?

- Trabalho com carteira assinada
- Trabalho sem carteira assinada
- Faço estágio técnico
- Não trabalho no momento (avance para o item 39)
- Nunca trabalhei (avance para o item 39)

[38.1] Com que idade você começou a trabalhar ou estagiar?

[38.2] Quantas horas por semana você trabalha?

- Menos de 10 horas
- Entre 10 e 20 horas
- Entre 20 e 30 horas
- Entre 30 e 40 horas
- Mais de 40 horas

[39] Da seguinte lista de aspectos relacionados com o trabalho em geral, diga qual a importância que pessoalmente atribui a cada um deles:

Muito importante / Importante / Indiferente / Pouco importante / Nada importante Emprego seguro

Uma remuneração elevada

Boas oportunidades de promoção

Um trabalho interessante

Um trabalho em que a pessoa tenha autonomia

Um trabalho que permita ajudar outras pessoas

Um trabalho útil à sociedade

Um trabalho em que a pessoa decida os seus horários ou dias de trabalho

[40]Entre as alternativas a seguir, assinale a que melhor expressa sua perspectiva profissional futura:

- Já tenho trabalho, na minha área de graduação, e pretendo continuar nele.
- Já tenho trabalho, fora da minha área de graduação, e pretendo continuar nele.
- Pretendo buscar uma atividade na minha área de graduação.
- Vou prestar concurso para atividade em órgão ou instituição pública.
- Pretendo trabalhar em empresa privada.
- Desejo lecionar para ensino fundamental ou médio.
- Desejo lecionar para ensino superior.
- Ainda não me decidi.
- Outra. Especifique: _____

Informações Adicionais

[41]Você gostaria de fazer alguma observação referente a este questionário?

O questionário foi preenchido com sucesso! Agradecemos por sua contribuição!

Imprima sua folha de respostas no link abaixo e entregue, junto com seus outros documentos, no momento do registro. É suficiente apresentar apenas a primeira folha, com os dados de identificação.